

Revisitando
Capitalismo & Escravidão:
Eric Williams, a Historiografia
Econômica Britânica e a História
Global

*Revisiting Capitalism & Slavery:
Eric Williams, British Economic
Historiography and Global History*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i24.54387>

Berg, Maxine e Hudson, Pat. *Slavery, Capitalism and the Industrial Revolution*.
Cambridge: Polity Press, 2023

Marcelo Rosanova Ferraro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-6251-1565>

marcelo.ferraro@unirio.br

Resumo

Resenha do livro “Slavery, Capitalism and the Industrial Revolution”, de Berg e Hudson.

Palavras-chave

Capitalismo, escravidão, Revolução Industrial

Abstract

Critical review of the book “Slavery, Capitalism and the Industrial Revolution”, by Berg and Hudson.

Keywords

Capitalism, slavery, Industrial Revolution

Uma série de estátuas e monumentos ruíram no início dessa década, não devido às intempéries, mas pelas mãos de ativistas estadunidenses e britânicos. Os homens de prestígio imortalizados em pedra tinham em comum um passado silenciado pelo tempo: a escravidão. Esses empreendedores e políticos foram artífices do tráfico transatlântico de africanos e da empresa escravista nas Américas. A queda de suas estátuas representou uma virada na cultura política desses países, onde movimentos sociais e intelectuais contestaram a memória oficial. No entanto, esses homens jamais esconderam as raízes escravistas de suas fortunas, e alguns foram defensores públicos da instituição e da riqueza produzida em benefício de suas nações. Foram as ideologias do pós-abolição que obliteraram o papel da escravidão na ascensão desses homens e de países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha. Inspiradas por esse movimento, as historiadoras econômicas Maxine Berg e Pat Hudson decidiram revisitar o clássico debate sobre a relação entre *Capitalismo, Escravidão e a Revolução Industrial*.

O apagamento da relação entre escravidão e capitalismo teve início durante o século XIX. À medida em que a Grã-Bretanha assumira a hegemonia global, a ideologia oficial atribuiu o sucesso econômico do país aos mantras do liberalismo: livre mercado e trabalho livre. Os próprios abolicionistas reforçaram essa narrativa, argumentando pela irracionalidade econômica do trabalho escravo. O Estado britânico incorporou o discurso para se apresentar como a terra da liberdade e a nação abolicionista. A contradição história era pujante. A Inglaterra fora, ao lado de Portugal, a maior traficante de africanos escravizados, e expandiu as fronteiras da escravidão no Caribe e na América do Norte por dois séculos antes da abolição. Nem por isso os estadistas e intelectuais oitocentistas hesitaram em construir uma narrativa que atribuía à Revolução Industrial e ao avanço do capitalismo e da democracia liberal os símbolos da modernidade britânica, em contraposição ao arcaísmo da escravidão. As universidades inglesas incorporaram esses postulados. Enquanto economistas e a história econômica negaram a correlação entre a escravidão e o desenvolvimento capitalista, a Escola Imperial Britânica descreveu a abolição como obra do espírito humanitário da nação.

Coube a um jovem negro nascido em Trinidad e Tobago refutar ambos os paradigmas. Em 1938, Eric Williams defendeu a sua tese de doutorado na Universidade de Oxford, na qual argumentou que os investimentos no tráfico transatlântico de africanos e na economia de plantation caribenha e norte-americana beneficiaram o deslanche econômico e a Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII, ao passo em que as transformações eco-

nômicas decorrentes da industrialização contribuíram para a abolição no século XIX. A ousadia lhe custou a carreira na Inglaterra, mas abriu as portas da Universidade de Howard nos Estados Unidos, onde se aproximou da intelectualidade negra no país e reforçou seus laços com ativistas e intelectuais negros caribenhos como C. R. L. James. Quando publicou uma versão revista da tese na forma de livro em 1944, Eric Williams era outro, cada vez mais engajado politicamente e assertivo nas críticas. Ao intitular a obra *Capitalismo e Escravidão*, o autor abdicou das nuances argumentativas de seu doutorado para dar uma forma sintética à sua dupla tese, que incluía o tráfico e a escravidão colonial entre as causas da Revolução Industrial, e atribuía ao capitalismo industrial uma das causas do declínio da economia escravista e da abolição.¹

O livro e as teses de Williams foram negligenciados na academia britânica, mas repercutiram nos Estados Unidos e na América Latina. A partir da década de 1970, historiadores britânicos recuperaram os argumentos de Williams, mas seus defensores e críticos realizaram uma leitura seletiva de seus argumentos. Williams descreveu contribuições diretas e indiretas da empresa escravista para o desenvolvimento econômico da Inglaterra, mencionado a expansão do comércio exterior, da infraestrutura urbana e portuária, e do sistema financeiro, entre outras variáveis. No entanto, seus críticos reduziram a primeira tese a uma relação direta entre o capital escravista e o investimento nas fábricas. E a segunda tese, referente às causas econômicas da abolição, foi refutada por estudos quantitativos que demonstraram a lucratividade das plantations às vésperas da abolição, com destaque para a obra de Seymour Drescher. Construído o espantalho de Williams, a história econômica de matriz liberal deu por encerrado o debate, enquanto a historiadores da abolição se voltaram novamente para as causas políticas e culturais da emancipação.²

Desde o início dos anos 2000, o legado de Williams e as discussões sobre a relação entre capitalismo e escravidão retornaram ao centro dos debates acadêmicos nos Estados Unidos e no Brasil, com destaque para a *Nova História do Capitalismo* e para historiografia da *Segunda Escravidão*. Nesse sentido, a publicação de *Slavery, Capitalism and the Industrial Revolution* se soma a um esforço intelectual internacional, cavando trincheiras no território mais hostil ao debate: a Inglaterra. Especialistas na história econômica da Revolução

1 Eric Williams. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

2 Seymour Drescher, *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1977.

Industrial, Maxine Berg e Pat Hudson se inspiraram nos estudos da *Nova História do Capitalismo* para reinvestigarem o debate inaugurado por Williams. A escrita clara e a exposição didática dos argumentos demonstram o esforço das autoras para atingirem um público mais amplo. A estratégia tem seus custos, pois impede a explanação aprofundada das divergências teóricas entre especialistas. De todo modo, o livro oferece uma importante contribuição, principalmente em seu ímpeto de síntese e atualização do debate.³

O capítulo de abertura oferece um panorama da expansão imperial e econômica da Grã-Bretanha a partir do século XVII, e destaca o papel do tráfico de africanos e da escravidão colonial para a consolidação do primeiro mercado global britânico no século XVIII. Em vez do paradigma do comércio triangular entre Europa, África e América, Berg e Hudson propõem o modelo do “comércio em formato de diamante”, que integrava o mercado Atlântico aos circuitos mercantis do Índico. No segundo capítulo, as autoras enfrentam o debate sobre a relação entre a escravidão e a Revolução Industrial, reforçando as premissas de Eric Williams e contestando os critérios e metodologias de seus críticos. Segundo Berg e Hudson, os antagonistas de Williams selecionaram apenas duas de suas variáveis: a lucratividade da empresa escravista e a relação direta entre o capital escravista e o investimento nas fábricas. Beneficiadas pelo avanço da historiografia da escravidão e da economia britânica, e por seus novos bancos de dados, as autoras reavaliaram as contribuições diretas e indiretas da economia escravista para o desenvolvimento do comércio internacional, dos regimes agrônômicos, da inovação tecnológica e científica, da infraestrutura portuária, da mineração e da indústria de metais, das fábricas têxteis, e das finanças privadas e públicas no Império Britânico. Desse modo, Berg e Hudson revisitam cada uma das variáveis consagradas como causas da Revolução Industrial revelando sua intersecção com a escravidão.

Um dos principais argumentos de Berg e Hudson consiste em transcender a esfera da produção escravista para avaliar seus impactos na circulação e no consumo. O terceiro capítulo revela o papel das commodities escravistas, principalmente o açúcar, para a expansão das redes comerciais e do mercado consumidor no Império Britânico. Segundo as autoras, o açúcar (e em menor grau o tabaco, o café e o algodão) provocaram uma revolução no consumo.

3 Sven Beckert & Seth Rockman. *Slavery's Capitalism: A New History of American Economic Development*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016; Dale Tomich. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011; e Ricardo Salles & Marquese, Rafael. *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Ao instituírem novos gostos e práticas, essas commodities contribuíram para o aumento da demanda por bens acessórios, que impulsionaram o comércio com a África e a Ásia. Ao mesmo tempo, a produção escravista nas Américas e as novas formas de consumo impulsionaram setores manufatureiros na própria Inglaterra, contribuindo para a revolução industrial e a transição para o trabalho assalariado. Berg e Hudson argumentam que até mesmo a revolução no campo, considerada um dos principais antecedentes da Revolução Industrial, foi influenciada pela economia escravista. Afinal, as técnicas agrônômicas desenvolvidas no Caribe circularam por todo o Império, inclusive no interior da Inglaterra. E as manufaturas urbanas que respondiam às demandas do tráfico e das plantations empregaram trabalhadores nas cidades, aumentando a demanda por alimentos.

Nos capítulos seguintes, Berg e Hudson argumentam que as colônias foram celeiros de novos saberes e práticas agroindustriais e de gestão de trabalho que precederam os regimes de produção nas fábricas. Ao mesmo tempo, as demandas dos navios do tráfico e do maquinário das plantations impulsionaram a mineração de carvão e a indústria do ferro e do cobre. Em sua análise das cidades e portos, Berg e Hudson argumentam que foram os negócios do tráfico e das plantations que impulsionaram o desenvolvimento de Londres, Bristol, Liverpool e Glasgow, assim como das economias manufatureiras nos seus arredores. Em seguida, as autoras argumentam que a Revolução Têxtil foi tributária das economias escravistas algodoeiras das Américas e dos mercados consumidores de tecidos na África e na Ásia. Após analisarem a produção e a circulação, Berg e Hudson subiram ao pavimento superior do capitalismo: as finanças. Segundo as historiadoras, os negócios de longa distância do tráfico e das plantations encorajaram as inovações no sistema bancário, no crédito, nos seguros e na dívida pública que fizeram de Londres o centro financeiro da industrialização e do capitalismo global. Em suma, enquanto a maioria dos historiadores atribuem o advento das fábricas a fatores internos, Berg e Hudson sustentam que foi o mercado atlântico que impulsionou a Revolução Industrial.

Nos capítulos finais, Berg e Hudson investigaram os vínculos da economia britânica com a escravidão após a abolição. As historiadoras enfim transcenderam as fronteiras do Império Britânico e revelaram investimentos britânicos no contrabando de africanos para Cuba e o Brasil, assim como o papel das economias algodoeiras do Caribe, do Brasil e dos Estados Unidos no fornecimento de matérias-primas para as fábricas inglesas. Além disso, Berg e Hudson questionam os limites da liberdade dos emancipados, submetidos a regimes de trabalhos forçados nas colônias. O último capítulo oferece uma

contraposição entre a experiência britânica e a estadunidense. Enquanto os historiadores da *Nova História do Capitalismo* destacaram a relação entre a produção escravista do algodão e a ascensão econômica dos Estados Unidos no século XIX, Berg e Hudson atribuíram ao tráfico e às plantations açucareiras duas raízes da globalização capitalista capitaneada pela Grã-Bretanha no século XVIII. Em sua conclusão, Berg e Hudson reafirmam que a escravidão foi central para as transformações produtivas, mercantis, tecnológicas, financeiras, institucionais e no consumo que contribuíram para o desenvolvimento econômico e a Revolução Industrial na Grã-Bretanha.

Entre os principais méritos e limites da obra, é preciso destacar a sua abrangência espacial. Uma das contribuições mais importantes de Berg e Hudson foi a integração entre o Atlântico e o Índico. Por outro lado, os espaços analisados estavam circunscritos ao Império Britânico, atraindo a crítica fácil do anglocentrismo—que beira a desonestidade intelectual diante de uma obra sobre a Grã-Bretanha. No entanto, uma crítica mais refinada pode apontar para os limites dessa unidade de análise para o objeto da pesquisa. A relação entre a escravidão e o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha não se limitou aos circuitos coloniais e mercantis britânicos. Esse argumento foi desenvolvido pelas próprias autoras quando mencionaram o fornecimento de algodão brasileiro e estadunidense para as fábricas têxteis e os investimentos ingleses no contrabando de africanos para Cuba e o Brasil. Contudo, a adoção de uma perspectiva global poderia revelar outras conexões. A título de exemplo, o ouro extraído por trabalhadores escravizados no Brasil serviu de lastro para a expansão do sistema bancário e financeiro da Inglaterra durante o século XVIII, devido à balança deficitária de Portugal. Assim como a economia das Minas Gerais, havia outros empreendimentos escravistas para além das fronteiras do império que contribuíram para a riqueza de Londres.

A crítica ao anglocentrismo se estende ao campo historiográfico em que o livro se insere. Se por um lado, Berg e Hudson reivindicaram o legado do caribenho Eric Williams, seus demais interlocutores pertencem exclusivamente aos círculos acadêmicos da Inglaterra e dos Estados Unidos. As historiadoras desconhecem a influência de Williams e os debates sobre capitalismo e escravidão na América Latina. Em seu livro, Berg e Hudson mencionam as contribuições de Dale Tomich, e seu conceito da *Segunda Escravidão*, assim como da *Nova História do Capitalismo*, desenvolvida por Seth Rockman e Sven Beckert. No entanto, as autoras ignoram as relações entre Tomich e Beckert com a historiografia brasileira, assim como as contribuições de historiadores como Rafael Marquese e Ricardo Salles, que revisitaram a obra de

Williams, se apropriaram do conceito da *Segunda Escravidão* e expandiram o debate sobre capitalismo e escravidão sob uma perspectiva global. Não se trata de uma crítica ufanista, mas da constatação de que a intelectualidade latino-americana permanece atualizada e oferecendo contribuições originais para esse debate, sem o devido reconhecimento da historiografia anglófona.⁴

Uma segunda crítica diz respeito à categoria capitalismo no livro. Nas últimas páginas, Berg e Hudson esboçaram uma definição ao argumentarem que o desenvolvimento britânico não seguiu a linha evolutiva entre o capitalismo mercantil, industrial e financeiro. Ao contrário, todas essas instâncias do capital se combinaram em um processo unificado desde o século XVIII. A interpretação das autoras tem o mérito de refutar as matrizes que estabelecem a Revolução Industrial e o trabalho assalariado como marcos fundadores do capitalismo, compreendendo a flexibilidade desse sistema econômico de longa duração. Por outro lado, as historiadoras tratam o capitalismo como um fenômeno já estabelecido no Império Britânico setecentista, sem que se compreenda a sua origem e abrangência. O livro se beneficiaria de uma definição mais precisa de capitalismo, assim como de uma abordagem que transcendesse o Atlântico Norte dos séculos XVIII e XIX.

A alternativa remonta à obra de Fernand Braudel. A compreensão do capitalismo como um sistema que integra simultaneamente produção, circulação, consumo e finanças coaduna com a perspectiva do historiador francês, assim como de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que indicam a sua origem na economia-mundo do Mediterrâneo entre os séculos XV e XVI. Essa matriz teórica oferece ainda o benefício de se investigar a relação embrionária entre o capitalismo e a escravidão, a partir da hegemonia das cidades italianas e das expansões ultramarinas conduzidas por Portugal e Espanha. É evidente que o escopo do livro de Berg e Hudson se limita à relação entre escravidão e capitalismo no universo britânico, mas a ascensão econômica da Inglaterra não pode ser compreendida sem a experiência de seus antecessores. Afinal, a consolidação do império colonial e do mercado global britânicos decorreu da apropriação de territórios e circuito mercantis explorados pelos ibéricos e pelos Países Baixos entre os séculos XVI e XVII. Da mesma forma, a relação entre escravidão e capitalismo não foi inaugurada pelos ingleses, ainda que tenha produzido resultados particulares no Império Britânico do século XVIII.⁵

⁴ Ver a nota 3.

⁵ Fernand Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Séculos XV-XVIII*. 3 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 1996; Immanuel Wallerstein. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*.

A publicação de *Slavery, Capitalism and the Industrial Revolution* é oportuna em tempos que nos convidam a confrontar os legados da escravidão e expor as origens escusas da riqueza das nações capitalistas. Maxine Berg e Pat Hudson oferecem uma importante contribuição e marcam posição em um dos países mais refratários a se encarar no espelho da história. O livro estabelece um ponto de partida para novos debates e tem potencial para inspirar movimentos sociais e uma nova geração de pesquisadores a contestarem a história oficial na Grã-Bretanha. As críticas apresentadas nessa resenha não deixam de reconhecer os méritos do ambicioso projeto de Berg e Hudson, mas tem por objetivo encorajar os historiadores a avançarem no debate sobre a relação entre capitalismo e escravidão a partir de uma perspectiva global e de longa duração. Afinal, essa história não teve início no Atlântico Norte, e seus legados atravessam o globo de Norte a Sul.

Recebido em 19 de junho de 2024
Aprovado em 02 de julho de 2024

Rio de Janeiro: Contraponto, 2001; Giovanni Arrighi. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996.